

a) Considerando a linha sucessória, e tendo em vista o disposto nos artigos 1.605, § 2.º, e 377 do Código Civil, êste com a redação que lhe deu o art. 1.º da Lei n.º 3.133, de 8-5-1957, quem é o atual titular do domínio do imóvel X;

b) À luz do disposto no art. 16 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21-6-1941, se haverá necessidade de medidas judiciais de natureza sucessória, por parte do Estado, para que êste possa imitar-se, no menor espaço de tempo possível, na posse do imóvel.

QUESITO N.º 2

As servidões não aparentes e as servidões aparentes descontínuas ensejam a proteção possessória e podem ser adquiridas por usucapião?

QUESITO N.º 3

Empresa industrial deseja montar indústria siderúrgica no Estado da Guanabara, que tem grande interesse em que ela aqui se localize, para desenvolver a região industrial.

A empresa necessita, para sua instalação, de um empréstimo no valor de Cr\$ 10.000.000,00. Oferece, como garantias, fiador idôneo, imóvel sobre o qual tem promessa de venda, equipamentos industriais e, eventualmente, ações ordinárias e preferenciais e debêntures conversíveis.

A COPEG pretende conceder o financiamento, desde que obtenha garantias de que a empresa:

- a) se instalará num prazo máximo de 2 anos;
- b) funcionará no Estado pelo menos durante 20 anos;
- c) terá uma produção mínima inicial de x e se expandirá em proporções e prazos prefixados.

Grupo financeiro estrangeiro, tendo estudado a viabilidade econômica do projeto, está disposto a oferecer as garantias *a*, *b* e *c*, acima referidas.

A COPEG consulta a Procuradoria Geral sobre a melhor forma de realizar as diversas operações necessárias a concretização do negócio. Dar parecer, esclarecendo:

- I — quais os contratos que aconselharia fossem firmados;
- II — as razões da escolha, em cada caso;
- III — em face da natureza do contrato escolhido, as alternativas que se abrirão ao credor, na hipótese de inadimplemento.

QUESITO N.º 4

A Companhia Estadual de Gás quer incluir nos seus contratos uma cláusula de acordo com a qual, no caso de mora, o usuário terá que pagar, além do débito:

- a) juros de 1% (um por cento) ao mês;
- b) correção monetária de acordo com o valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro, que acompanham as variações cambiais do dólar;

c) multa contratual fixada em 10% (dez por cento) da totalidade do débito vencido;

d) honorários de advogado no valor de 20% (vinte por cento) sobre o débito, acrescido das parcelas mencionadas nas letras *a*, *b* e *c*;

e) custas judiciais.

A Companhia consulta a Procuradoria Geral, a respeito da validade da cláusula, desejando também saber se poderia, eventualmente, recorrer à correção monetária prefixada utilizada pelos Bancos de Investimento e pelas financeiras, em vez de admitir a correção monetária na forma do item *b*, acima transcrito.

Dar parecer, examinando a legislação sobre a matéria e a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

QUESITO N.º 5

Em janeiro de 1948, com o consentimento expresso de seu único irmão conhecido, X comprou de seu pai Z, viúvo, um conjunto de salas em São Paulo e o vendeu à então Prefeitura do Distrito Federal.

Em 1967, Y promove a citação do Estado da Guanabara para responder, juntamente com X e com Z, a ação em que arguiu a ineficácia de ambos os atos. Instrui a inicial com sentença, transitada em julgado, que reconheceu a procedência de ação proposta com fundamento no art. 1.º da Lei n.º 883, de 21-10-1949.

Elabore parecer orientando a contestação. Formule e sustente as diversas alternativas que o caso apresenta, analisando todas as possíveis defesas.

9. Prova escrita de Direito Tributário

QUESITO N.º 1

Dissertação: Interpretação econômica das leis tributárias.

QUESITO N.º 2

O Estado propôs executivo fiscal para cobrança de dívida relativa a multa por infração do art. 115 da Lei estadual n.º 809, de 28 de novembro de 1957, que condiciona a validade do alvará de licença para localização a correspondência dos respectivos característicos às condições efetivas do estabelecimento. Sobrevindo, porém, o Decreto-lei estadual n.º 72, de 25 de julho de 1969, que determinou a remissão de débitos e a anistia de infrações relativos a determinados tributos e alterou a parte geral da legislação tributária do Estado, o executado requereu nos autos o cancelamento da dívida.

Chamada a Procuradoria Fiscal a opinar, em processo administrativo, a respeito da questão, como emitiria o candidato o parecer solicitado?

QUESITO N.º 3

O autor, em ação executiva, pede o pagamento de Cr\$ 40.000,00 e paga, no momento da distribuição do feito, metade da taxa judiciária devida, como lhe facultava a Lei n.º 242, de 1962 (com as modificações introduzidas pelas Leis números 672, de 1964, e 1.165, de 1966). O cálculo da taxa foi feito pelo modo estabelecido na legislação então vigente, que fixava uma alíquota variável, de 1% até o limite de Cr\$ 4.000,00, e de 0,5% dêste valor em diante.

Antes que fôsse feito o pagamento da segunda metade da taxa, adveio o Decreto-lei n.º 110, de 11 de agosto de 1969, que fixou a alíquota única de 1%, aplicável ao valor do pedido.

A Fazenda ingressou nos autos da ação e pediu fôsse a taxa novamente calculada, de acôrdo com a nova legislação. A êsse pedido objetou o autor alegando, em suma, o seguinte: ser manifestamente ilegal a pretensão de cobrar a taxa judiciária em novas bases, de acôrdo com dispositivo de lei nova, pois, assim, estar-se-ia dando a essa lei efeito retroativo, porquanto, no momento da distribuição do feito, vigia a Lei n.º 242, de 1962, que dispunha sôbre a matéria de maneira diversa.

Opine o candidato sôbre a controvérsia.

QUESITO N.º 4

Determinada firma comercial importou mercadoria destinada a vir integrar o seu ativo fixo. Ao ser a mercadoria desembaraçada na alfândega e ao dar entrada no estabelecimento do importador, não foi pago o impôsto de circulação de mercadorias devido.

Autuada pelo não recolhimento do tributo, defende-se a firma alegando que, no caso, não existe circulação de mercadoria e, ainda, que se deu a importação de *coisa*, e não de *mercadoria* destinada ao comércio, mas ao consumo próprio do importador, não sendo, pois, cabível a incidência do I.C.M.

Opine o candidato sôbre a correção da autuação.

QUESITO N.º 5

A empresa Serviços Marítimos Gaiyota S.A. foi autuada pela fiscalização estadual, que lhe exige o pagamento do impôsto sôbre serviços de qualquer natureza com relação a sua atividade de serviços de rebocadores de navios, exercida na Baía de Guanabara.

A interessada impetra mandado de segurança, alegando que sua atividade é exercida também fora da baía, em águas federais, e que, além disso, tal atividade não está enumerada na lista anexa ao Decreto-lei n.º 834, de 8 de setembro de 1969, que diz ser exaustiva.

Dê as razões da defesa do Estado, justificando-as.

QUESITO N.º 6

O Estado ajuizou executivo fiscal contra a firma Sabiá Móveis e Decorações Ltda., para cobrança do débito de impôsto sôbre circulação de mercadorias, de 1967.

O oficial de justiça certifica que no enderêço dado não se encontra o aludido devedor, mas sim a firma Condor Móveis e Decorações Ltda., cujos sócios não são os mesmos da executada e dizem não ser a empresa ora estabelecida no local sucessora da primeira, exibindo alvará de licença para localização e contrato de locação recentes, de 1969. O contrato foi celebrado diretamente com o proprietário do imóvel.

Esclareça qual deve ser o requerimento do Estado em tal feito, à vista da certificação descrita, e sua fundamentação.